

**Autora: Ana Carolina Santana**

**“Direito penal do combate: entre cognitivismo e decisionismo judiciais”.**

**Resumo:** O livro busca traçar um caminho de objetividade decisória nos processos criminais. Através de uma visão constitucionalista, é demarcado um caminho de respeito à imparcialidade do juiz/juíza e ao devido processo legal. A obra nasce de um sentimento pessoal da autora acerca do julgamento das demandas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Infelizmente muitas pessoas acreditam que magistradas não deveriam ser juízas criminais porque mulheres naturalmente são mais sensíveis, então a proposta do livro é mostrar como o processo decisório deve ser realizado, independente do julgador ser homem ou mulher.

**Autora: Ana Cláudia Brandão de Barros Correia**

**“A argumentação jurídica na jurisprudência do tribunal europeu de direitos humanos (tedh) em matéria de reprodução assistida: contribuições para o direito brasileiro”**

**Resumo:** O livro é resultado de pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade de Salamanca, Espanha e teve como objetivo analisar decisões judiciais sobre reprodução humana assistida na Corte Europeia de Direitos Humanos, como contribuição para os tribunais brasileiros, diante das inúmeras controvérsias que o tema desperta no Brasil no tocante aos direitos reprodutivos das pessoas, com olhar especial para as mulheres. Assim, o objetivo é fomentar o debate e alertar para a importância de decisões que observem a perspectiva de gênero também no campo dos direitos reprodutivos diante das inúmeras peculiaridades como idade, acesso etc. que as mulheres apresentam para que, de fato, esses direitos sejam garantidos.

**Autora: Danielle Christine Silva Melo Burichel**

**“Entre a reprovação e a prevenção: a evolução da práxis da aplicação da pena e a delimitação da discricionariedade do juiz pelo método racional de equiparação hierárquica de circunstâncias judiciais”**

**Resumo:** A dissertação 'Entre a Reprovação e a Prevenção' propõe uma análise crítica e inovadora sobre a dosimetria da pena no Brasil, abordando a necessidade de critérios objetivos para delimitar a discricionariedade judicial. A iniciativa da Esmape em publicá-la demonstra um compromisso com o fortalecimento do pensamento jurídico e a promoção de práticas mais transparentes e justas no âmbito penal, contribuindo para o aperfeiçoamento da justiça criminal e para a formação de magistradas e magistrados comprometidos com a equidade e a segurança jurídica. A publicação também

interessa a todas e a todos que lidam com dosimetria da pena, uma vez que o trabalho propõe a aplicação de critérios justos que atendem ao princípio da individualização da pena, sem indevidos excessos, mas também estritamente proporcional à gravidade da conduta praticada pelo agente."

**Autora: Eunice Maria Batista Prado**

**“Banco de incidentes de inteligência artificial do Judiciário”**

**Resumo:** O livro aborda o tema do gerenciamento dos riscos de ferramentas de IA usadas nos tribunais brasileiros, buscando desenvolver uma estrutura eficaz para tratar incidentes, com base no princípio da precaução. O objetivo é propor um método que use o aprendizado sobre falhas para prevenir problemas futuros e proteger direitos fundamentais. A questão central é: como lidar adequadamente com erros causados pela IA?

**Autora: Flávia Fabiane Nascimento Figueira**

**“A questão de gênero e o ideal de igualdade: breves apontamentos”**

**Resumo:** O livro aborda, em breves apontamentos, aspectos sobre a igualdade entre os gêneros, os caminhos percorridos até então, na busca pela desconstrução de estereótipos femininos discriminatórios, bem como alguns mecanismos de enfrentamento, sobretudo contra a violência contra as mulheres.

**Autora: Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota**

**“A utilização do *Visual Law* enquanto ferramenta de transformação da comunicação jurídica nas medidas protetivas de urgência”**

**Resumo:** O livro traz uma reflexão essencial sobre a necessidade de tornar a linguagem jurídica mais clara e acessível para mulheres vítimas de violência de gênero, assegurando que as decisões judiciais cumpram seu papel de proteção e efetividade. O tema nos faz refletir sobre uma questão urgente: como podemos, enquanto Magistradas e Magistrados, garantir que a comunicação nas medidas protetivas alcance de forma eficaz quem mais precisa? Nesse contexto, o *Visual Law* é apresentado como uma ferramenta prática, inovadora e disruptiva, capaz de simplificar a linguagem jurídica e fortalecer o acesso à justiça. Mais do que uma análise teórica, o livro é um chamado à ação, ressaltando a urgência de repensarmos práticas tradicionais para que o Direito não apenas informe, mas proteja de forma eficaz as mulheres em situação de vulnerabilidade.

**Autora: Raquel Barofaldi Bueno**

**“Centros de Inteligência no Judiciário: gestão da litigiosidade”**

**Resumo:** O livro trata dos Centros de Inteligência, novo organismo institucional incorporado recentemente à estrutura do Poder Judiciário, e seu papel de auxílio no processo de identificação e tratamento dos problemas de litigiosidade do Sistema de Justiça Brasileiro.

**Autora:** Tayná Lima Prado

**“A confissão no acordo de não persecução penal: entre a estratégia e o valor probatório”**

**Resumo:** Esta obra, derivada de minha dissertação de mestrado, explora um tema de grande relevância no cenário jurídico contemporâneo: a confissão no acordo de não persecução penal (ANPP). Sob a perspectiva da relação entre estratégia defensiva e valor probatório, o livro analisa como a confissão, elemento central no ANPP, pode ser compreendida tanto como um instrumento de eficiência processual quanto como um ponto sensível de discussão acerca de direitos fundamentais e garantias constitucionais.

Ao longo do texto, proponho reflexões sobre os desafios que a confissão impõe aos operadores do direito, sobretudo à magistratura, no que diz respeito à sua valoração enquanto prova em processos penais posteriores. Em um momento de consolidação do ANPP no Brasil, esta análise torna-se indispensável para a construção de uma prática judicial mais coerente e respeitosa aos direitos do acusado.